ISSN: 2358-8829

A IMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA REALIZAÇÃO DE MESTRADO NO EXTERIOR: MOTIVAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Jaqueline Rodrigues Sampaio [1]

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior tornou-se um dos principais pilares do desenvolvimento científico contemporâneo. No contexto brasileiro, a busca por formação acadêmica no exterior em nível de mestrado tem crescido nas últimas décadas, impulsionada por fatores econômicos, acadêmicos e institucionais. Apesar da consolidação do sistema de pós-graduação no Brasil, muitos estudantes optam por complementar sua formação fora do país. Essa escolha está associada tanto à busca por excelência acadêmica quanto à percepção de melhores oportunidades profissionais no exterior. A internacionalização da educação superior consolidou-se como uma dimensão relevante da formação acadêmica, da produção científica e da competitividade entre países e instituições. O crescimento dos fluxos internacionais de estudantes evidencia que a educação ultrapassa as fronteiras nacionais e passa a integrar estratégias individuais de qualificação, políticas institucionais de cooperação e projetos estatais de desenvolvimento.

Com base em dados fornecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2025), observa-se um crescimento de 3 milhões para mais de 4,6 milhões de estudantes internacionais. Ao analisar o avanço no período de 2014 a 2022, nota-se um acréscimo de aproximadamente 1,6 milhão de estudantes circulando entre as instituições de ensino superior dos países membros da OECD, o que representa uma taxa de crescimento de 53,3% no total de matrículas de estrangeiros em um intervalo de apenas oito anos. Nesse contexto, a saída de brasileiros para cursar mestrado em instituições estrangeiras pode ser compreendida como uma modalidade de mobilidade acadêmica e, simultaneamente, como um processo migratório qualificado. A realização integral de uma pós-graduação no exterior diferencia-se do intercâmbio de curta duração, pois normalmente envolve mudança de residência, adaptação cultural, cumprimento da legislação migratória do país de destino e

[1] Mestranda do Curso de Mestrado em Artes visuais do Instituto Federal de Educação do Ceará, jackpj41@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

reorganização da trajetória profissional e familiar. Embora parte dos estudantes retorne ao Brasil após a conclusão do curso, outros prolongam a permanência no exterior para realizar doutorado, trabalhar ou constituir novos vínculos sociais. O Estado brasileiro historicamente participou da formação de pesquisadores no exterior, especialmente por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em diferentes períodos, bolsas, acordos de cooperação e programas de internacionalização permitiram que estudantes brasileiros frequentassem universidades estrangeiras. Diante desse cenário, o problema orientador deste artigo consiste em compreender quais são as principais motivações que levam brasileiros a realizar mestrado no exterior e de que maneira as políticas públicas nacionais favorecem, limitam ou direcionam essa mobilidade. O objetivo geral é analisar a imigração de brasileiros para a realização de mestrado no exterior, considerando os fatores que orientam a decisão dos estudantes e as principais políticas brasileiras de apoio à internacionalização. Especificamente, busca-se: discutir o significado da mobilidade acadêmica; identificar motivações e obstáculos; examinar programas governamentais de financiamento; e avaliar seus efeitos sobre a equidade, a formação de recursos humanos e o desenvolvimento científico nacional.

2. METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa adota abordagem qualitativa, pois procura interpretar motivações, condições institucionais e consequências sociais da realização de mestrado no exterior, caracterizando seus objetivos como exploratória e descritiva. É exploratória porque examina um fenômeno marcado pela articulação entre educação, migração e políticas públicas; e descritiva porque organiza os fatores que influenciam a decisão dos estudantes e identifica características dos programas brasileiros de internacionalização. Em relação aos procedimentos, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica considerou produções sobre internacionalização da educação superior, mobilidade acadêmica, migração qualificada, formação de capital humano, fuga e circulação de cérebros. A pesquisa documental examinou informações institucionais, normas e indicadores disponibilizados por órgãos públicos e organizações internacionais, especialmente CAPES, CNPq, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e OECD.

ISSN: 2358-8829

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A globalização ampliou a circulação de estudantes entre países. A mobilidade acadêmica tornou-se estratégia de qualificação e inserção em redes internacionais. Programas governamentais têm incentivado a formação no exterior; contudo, há desafios relacionados à reinserção desses profissionais no Brasil. A fuga de cérebros refere-se à saída de profissionais qualificados do país de origem que vão estudar em outros países e não retornam, ocasionando perda para o seu país de origem. Esse fenômeno pode gerar impactos negativos, como a perda de capital humano estratégico. A internacionalização da educação superior pode ser compreendida como o processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global às funções de ensino, pesquisa e extensão das instituições. Ela envolve mobilidade de estudantes e docentes, cooperação científica, programas conjuntos, currículos internacionalizados, publicações em colaboração, redes de pesquisa e recepção de estrangeiros.

Knight (2004) alerta que a internacionalização não deve ser confundida com uma atividade isolada ou com o simples deslocamento de pessoas. Trata-se de um processo institucional que precisa estar articulado à missão e às funções universitárias. Nessa perspectiva, enviar estudantes ao exterior constitui apenas uma de suas dimensões; a qualidade do processo depende da articulação entre mobilidade, formação, produção de conhecimento e fortalecimento institucional. A mobilidade pode ocorrer por créditos — quando o estudante permanece temporariamente em outra instituição e retorna para concluir seu curso de origem — ou por diploma — quando realiza integralmente a formação em outro país. O mestrado pleno no exterior integra a segunda modalidade. Tal distinção é relevante porque a mobilidade por diploma tende a gerar vínculos mais duradouros com o país receptor e pode aumentar a probabilidade de permanência após o curso.

Lima e Maranhão (2009) diferenciam formas ativas e passivas de internacionalização. Países com sistemas universitários consolidados, capacidade de atração e políticas estruturadas recebem estudantes e exportam serviços educacionais. Outros países concentram-se no envio de seus cidadãos, muitas vezes sem estabelecer condições equivalentes para atrair estrangeiros ou absorver os conhecimentos adquiridos. A mobilidade brasileira precisa ser

ISSN: 2358-8829

analisada à luz dessa assimetria entre centros acadêmicos globais e países periféricos ou semiperiféricos.

Miura (2006) observa que a internacionalização universitária depende de planejamento, capacidade administrativa e inserção em redes. Isso significa que políticas de mobilidade desconectadas de estratégias institucionais podem gerar benefícios individuais, mas também produzir impactos limitados sobre universidades e sistemas nacionais de ciência e tecnologia.

3.1 Migrações qualificadas, fuga e circulação de cérebros.

A teoria do capital humano interpreta a educação como investimento capaz de ampliar competências, produtividade e rendimento. Sob essa perspectiva, o mestrado no exterior pode aumentar o capital acadêmico e profissional do estudante por meio da aquisição de conhecimentos especializados, domínio linguístico, experiência intercultural e redes internacionais. O valor do título, porém, depende da área, da qualidade do curso, das condições do mercado de trabalho e do reconhecimento da formação no país de retorno. As teorias migratórias também utilizam a relação entre fatores de expulsão e atração. Entre os primeiros, estão limitações de financiamento, instabilidade profissional, baixa remuneração, insegurança e dificuldades de acesso a determinadas áreas de especialização. Entre os fatores de atração, encontram-se prestígio institucional, bolsas, infraestrutura científica, estabilidade, qualidade de vida e oportunidades de carreira. A abordagem da fuga de cérebros considera problemática a saída permanente de profissionais qualificados, sobretudo quando sua formação inicial foi financiada por recursos públicos, pois o país de origem perderia trabalhadores de alta qualificação e parte do retorno social dos investimentos realizados em educação. Essa interpretação, contudo, torna-se insuficiente quando trata toda permanência no exterior como perda definitiva. O conceito de circulação de cérebros destaca movimentos de ida, retorno e novo deslocamento, bem como a transferência transnacional de conhecimentos. A residência no exterior não impede necessariamente a contribuição para o país de origem: pesquisadores emigrados podem orientar estudantes, integrar redes, realizar publicações conjuntas, intermediar acordos e facilitar o acesso a laboratórios e centros internacionais. A questão central deixa de ser apenas o retorno físico e passa a incluir a manutenção de vínculos científicos e profissionais. Entretanto, a circulação não ocorre automaticamente. Ela depende de instituições capazes de acolher retornados, financiar pesquisas, reconhecer experiências internacionais e estabelecer canais com a diáspora. Sem essas condições, o conceito de

ISSN: 2358-8829

circulação pode encobrir a perda efetiva de profissionais, sobretudo em áreas nas quais o Brasil oferece poucas oportunidades de trabalho.

3.2 Políticas públicas e internacionalização da pós-graduação.

As políticas públicas educacionais distribuem recursos, oportunidades e incentivos. No caso da mobilidade internacional, definem quem pode receber apoio, quais áreas são consideradas prioritárias, quais países e instituições são elegíveis e quais obrigações são impostas ao bolsista. Desse modo, não apenas financiam deslocamentos, mas também orientam a formação científica e a relação do Brasil com o sistema internacional de conhecimento. A CAPES e o CNPq desempenham funções centrais nesse campo. Suas bolsas permitiram historicamente a formação de docentes e pesquisadores quando a pós-graduação brasileira ainda apresentava menor capacidade. Com a expansão dos programas nacionais, parte das políticas passou a priorizar doutorados sanduíche, pós-doutorados e projetos de cooperação, em lugar de cursos completos de mestrado e doutorado no exterior. O Programa Ciência sem Fronteiras, instituído em 2011, representou uma expansão sem precedentes da mobilidade financiada pelo governo federal. Seu objetivo era promover a consolidação e a internacionalização da ciência e tecnologia, com forte concentração em áreas tecnológicas e científicas. Embora tenha conferido escala e visibilidade à mobilidade, foi questionado quanto ao planejamento linguístico, aos custos, à concentração de oportunidades e aos mecanismos de avaliação dos resultados. Posteriormente, o Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt) adotou uma lógica centrada nas estratégias das instituições e dos programas de pós-graduação.

O programa financia projetos, missões e modalidades de mobilidade vinculadas a planos institucionais. Leão, Nogueira e Castro (2024), entretanto, consideram o PrInt altamente seletivo e apontam que sua concentração em programas mais bem avaliados pode reforçar assimetrias regionais e institucionais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os principais fatores identificados na motivação para estudar no exterior estão: busca por qualidade acadêmica superior, melhor infraestrutura de pesquisa, valorização profissional, oportunidades de carreira e interesse cultural e pessoal. As políticas públicas têm incentivado a mobilidade acadêmica por meio de bolsas e programas internacionais;

entretanto, há lacunas na absorção desses profissionais no mercado nacional. Entre os principais desafios no cenário brasileiro, destacam-se o baixo investimento contínuo em pesquisa, a instabilidade econômica, a falta de valorização da ciência e a burocracia institucional. A expectativa de melhor inserção profissional é um dos principais elementos da decisão. Os estudantes podem considerar que a formação no exterior aumentará sua competitividade no Brasil por possibilitar uma carreira internacional, além de facilitar o ingresso em empresas multinacionais, universidades e organismos internacionais. No entanto, em áreas reguladas, o retorno profissional depende diretamente do reconhecimento do diploma e do atendimento às exigências legais.

4.1 Barreiras e desigualdades

A possibilidade de realizar mestrado no exterior permanece socialmente desigual. Mesmo quando a universidade não cobra mensalidade, o candidato precisa pagar exames de proficiência em idioma, tradução de documentos, emissão de visto, passagens e custos iniciais. Bolsas cujo pagamento começa apenas após a chegada também exigem reserva financeira prévia, favorecendo candidatos com maior renda. O domínio de idiomas constitui outra barreira relevante. Estudantes oriundos de escolas que ofereceram ensino linguístico insuficiente precisam custear cursos preparatórios e exames internacionais. A exigência é academicamente compreensível, mas sua combinação com desigualdades educacionais reduz a diversidade social dos candidatos. Uma política equitativa deveria prever financiamento para a preparação linguística antes da seleção ou do deslocamento. O acesso à informação e às redes institucionais também é desigual. Estudantes vinculados a universidades com escritórios internacionais, convênios e docentes experientes encontram mais apoio para localizar programas e preparar candidaturas. Aqueles provenientes de instituições periféricas ou regiões com menor inserção internacional enfrentam desvantagens. Após a chegada ao destino, surgem dificuldades de adaptação cultural, isolamento, discriminação e pressão acadêmica. O bolsista precisa lidar com sistemas de ensino distintos e, eventualmente, com restrições ao trabalho remunerado. Ademais, em alguns casos, os dependentes familiares não estão plenamente contemplados nos benefícios, o que dificulta a mobilidade de estudantes mais velhos, casados ou responsáveis por dependentes. Ao retornar, o egresso pode enfrentar morosidade na revalidação do diploma. A legislação brasileira atribui a universidades públicas a revalidação de diplomas estrangeiros de graduação e o reconhecimento dos títulos

ISSN: 2358-8829

de pós-graduação. Contudo, divergências curriculares e exigências documentais podem prolongar o processo e diferir o benefício imediato da formação.

4.2 CAPES, CNPq e bolsas de mestrado no exterior.

A atuação da CAPES e do CNPq demonstra que a formação internacional foi historicamente tratada como instrumento de desenvolvimento científico. A CAPES informa que suas bolsas de pós-graduação no exterior podem abranger mestrado pleno e mestrado sanduíche, concedidas mediante chamadas públicas (BRASIL, [s.d.]a). A existência formal da modalidade, entretanto, não assegura oferta regular, pois as oportunidades dependem de editais específicos, prioridades governamentais e disponibilidade orçamentária. Essa oscilação gera incerteza para candidatos que precisam planejar a inscrição com antecedência. Os processos seletivos estrangeiros possuem calendários próprios, exigem documentos e podem solicitar comprovação financeira antes da divulgação do resultado da bolsa nacional. A falta de sincronização entre editais brasileiros e admissões internacionais pode impedir que candidatos aprovados efetivem a matrícula. O financiamento público é relevante não apenas porque reduz o custo privado, mas porque democratiza a mobilidade. Sem bolsa, a experiência tende a ficar restrita aos estudantes capazes de assumir despesas em moedas fortes. A concessão deve considerar mérito acadêmico, mas também condições socioeconômicas, diversidade regional, raça, gênero, acessibilidade e responsabilidades familiares. Também é necessário avaliar a suficiência dos benefícios: mensalidades, auxílio-instalação, seguro-saúde, passagens e manutenção devem refletir o custo real do local de destino. Valores inadequados podem obrigar o estudante a complementar a renda ou depender de auxílio familiar, recriando desigualdades entre os próprios bolsistas.

4.3 O Programa Ciência sem Fronteiras

O Ciência sem Fronteiras representou uma mudança de escala na internacionalização. A elevação do número de bolsistas da CAPES no exterior entre 2011 e 2014 ilustra essa expansão (BRASIL, 2021). O programa aumentou a visibilidade da experiência internacional e estabeleceu relações com numerosas instituições estrangeiras. Sua contribuição incluiu a ampliação de oportunidades, o estímulo à aprendizagem de idiomas e o contato de estudantes brasileiros com ambientes de pesquisa de ponta. Em termos políticos, demonstrou que o Estado pode promover mobilidade em grande escala quando há prioridade e recursos. As

críticas, contudo, concentraram-se no predomínio da graduação sanduíche em detrimento da pós-graduação, na exclusão de áreas das ciências humanas e sociais, no preparo linguístico insuficiente e na fragilidade dos mecanismos de avaliação dos resultados de longo prazo. Para o mestrado pleno, o programa não se consolidou como política universal e permanente. A expansão quantitativa tampouco eliminou as desigualdades de acesso. A redução acentuada do número de bolsistas após o período de maior implementação evidencia a descontinuidade como um problema recorrente. Uma política de formação internacional requer horizonte temporal amplo, pois seus resultados emergem em trajetórias acadêmicas e redes constituídas ao longo de anos. Mudanças abruptas prejudicam estudantes, universidades e acordos internacionais. Leão, Nogueira e Castro (2024) argumentam que o CAPES-PrInt beneficiou programas mais consolidados e não atendeu de maneira ampla às demandas de internacionalização da pós-graduação. O desafio consiste em combinar excelência com indução: uma parcela dos recursos pode apoiar redes de alto desempenho, enquanto outra precisa fortalecer instituições emergentes e regiões sub-representadas. O foco institucional também pode reduzir oportunidades de mestrado pleno se as ações se concentrarem prioritariamente no doutorado sanduíche e em missões de curta duração. Embora a formação de doutores seja estratégica, o mestrado internacional permanece relevante em áreas pouco desenvolvidas no Brasil e para profissionais cuja trajetória exige especialização aplicada.

4.4 Fuga, retorno e conexão de cérebros.

A permanência do mestre brasileiro no exterior é frequentemente interpretada como perda do investimento público nacional. Essa preocupação é legítima quando o país não consegue oferecer oportunidades compatíveis e perde profissionais em áreas estratégicas. No entanto, a imposição rígida de retorno pode produzir efeito reverso, especialmente quando não há infraestrutura para aproveitar a qualificação adquirida. Políticas de retorno precisam ir além de obrigações contratuais: é necessário disponibilizar oportunidades de pesquisa, emprego qualificado, empreendedorismo e inserção universitária. Um profissional que retorna sem condições de aplicar seus conhecimentos pode voltar a emigrar ou permanecer subaproveitado. Além disso, devem existir políticas de conexão com os brasileiros que permanecem no exterior. Bancos de especialistas, editais de cooperação internacional, coorientações acadêmicas, cátedras temporárias, apoio a laboratórios associados e redes digitais podem converter a diáspora em fonte contínua de colaboração. Nesse modelo,

ISSN: 2358-8829

mobilidade e desenvolvimento deixam de ser antagônicos. A contribuição transnacional, entretanto, não substitui o fortalecimento do sistema científico brasileiro.

A circulação de cérebros somente produz efeitos equilibrados quando as instituições nacionais possuem financiamento estável e capacidade de participar das redes em condições menos assimétricas. Caso contrário, o fluxo de conhecimento tende a favorecer principalmente os centros receptores. Por fim, retorno e diáspora devem integrar uma mesma estratégia nacional. Incentivos à reinserção (concursos, bolsas de fixação e reconhecimento profissional) precisam coexistir com mecanismos de cooperação para quem permanece no exterior. A finalidade não deve ser controlar a trajetória do indivíduo, mas ampliar o retorno social do investimento público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração de brasileiros para a realização de mestrado no exterior é um fenômeno multifatorial que envolve motivações individuais e condicionantes estruturais. A realização de mestrado no exterior constitui um fenômeno multidimensional situado na interseção entre mobilidade acadêmica, migração qualificada, internacionalização universitária e políticas de ciência e tecnologia. As motivações combinam a busca por excelência acadêmica, especialização, domínio linguístico, redes internacionais, crescimento pessoal e melhores oportunidades de carreira. Em alguns casos, a decisão também expressa insatisfação com restrições profissionais e científicas existentes no Brasil. A experiência pode produzir benefícios expressivos para o estudante, para as instituições e para o país. O contato com outros sistemas acadêmicos favorece a aquisição de novas competências, metodologias e inovação. Tais benefícios, contudo, dependem da qualidade dos cursos, das condições de permanência, do reconhecimento ágil do diploma e das oportunidades de aplicação do conhecimento.

As políticas públicas exercem papel decisivo na democratização da mobilidade. A CAPES e o CNPq contribuíram historicamente para a formação internacional, enquanto o Ciência sem Fronteiras demonstrou a capacidade de mobilização estatal. O CAPES-PrInt, por sua vez, fortaleceu a dimensão institucional da internacionalização. Apesar dessas contribuições, persistem descontinuidades orçamentárias, seletividade, concentração regional, barreiras econômicas e insuficiente articulação entre a formação no exterior e a reinserção no mercado nacional. Conclui-se que uma política eficaz de internacionalização deve combinar estabilidade orçamentária, equidade de acesso, planejamento institucional, avaliação

sistemática de resultados, reinserção profissional e conexão ativa com a diáspora. O mestrado no exterior não deve ser tratado como privilégio individual nem como finalidade em si mesma, mas como componente de uma estratégia ampla de educação, ciência, inovação e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Leonardo Francisco de. **"Cérebros" brasileiros pelo mundo: mobilidade acadêmica, carreiras científicas e internacionalização da ciência nacional.** 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Bolsas e auxílios internacionais.** Brasília, DF: CAPES, [s.d.]b. Disponível em: https://www.gov.br/capes. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Obter bolsa de pós-graduação no exterior.** Brasília, DF: CAPES, [s.d.]a. Disponível em: https://www.gov.br/capes. Acesso em: 10 mar. 2026. BRASIL.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório de Gestão Executiva e Resultados.** Brasília, DF: CAPES, 2021.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatórios institucionais**. Brasília, DF: CAPES, 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 14 dez. 2011.

CRUZ, E. P. et al. **Diáspora acadêmica brasileira: redes, circulação e impactos no desenvolvimento científico.** Revista de Educação, v. 28, n. 2, p. 101-120, 2023.

KNIGHT, Jane. **Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. Journal of Studies in International Education,** Thousand Oaks, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

LEÃO, Bruno Layson Ferreira; NOGUEIRA, Fabiana Araújo; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Internacionalização da pós-graduação no Brasil: o Programa CAPES-PrInt** (2018-2022).

Revista da FAEEBA: **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 33, n. 73, p. 91-110, 2024.

LIMA, Mário Célio; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Custer. **O sistema de educação superior mundial: internacionalização mercantil ou solidária?** Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 14, n. 3, p. 583-612, 2009.

MIURA, Irene Kazumi. **A internacionalização da educação superior: desafios e perspectivas para as instituições brasileiras.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 95-115, 2006.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Education at a Glance 2025: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.